



Universidade de São Paulo

Biblioteca Digital da Produção Intelectual - BDPI

Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada Livros e Capítulos de Livros - FE/EDM
- FE/EDM

2013

História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In: PEREIRA, Amilcar Araujo; MONTEIRO, Ana Maria (Orgs.). Ensino de histórias afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 101-132.
<http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/44520>

Downloaded from: Biblioteca Digital da Produção Intelectual - BDPI, Universidade de São Paulo

História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos

Circe Fernandes Bittencourt

Povos indígenas têm sido abordados em estudos escolares a partir do século XIX aos dias atuais, compondo um conjunto disperso de conteúdos distribuídos nos diferentes níveis de escolarização. *Tupis* e *Tapuias* têm sido denominações recorrentes de indígenas “brasileiros” ao serem apresentados aos alunos em cursos de Literatura, de Artes e, em especial, nas aulas de história. Para a história escolar, em particular, programas curriculares e livros didáticos introduzem as populações indígenas ao abordarem a história do Brasil ou história da América na Idade Moderna. Os povos indígenas se inserem em tópicos da fase denominada Colonização, sendo que, nos períodos posteriores à constituição do Estado Nacional, desaparecem de cena. No entanto, apesar dos esquecimentos dos indígenas em vários outros momentos da história, pode-se constatar, por intermédio da documentação escolar, tratar-se de um tema integrado a uma certa *tradição* no ensino de História.

Em 2008 a Lei Federal nº 11.645 determinou que nos “*estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena*” e ainda estabeleceu que “*serão ministra-*

dos no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras” (BRASIL, 2008, grifo meu).

Trata-se de uma lei que altera o artigo 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, mas que, em dois artigos aparentemente simples e objetivos, coloca expectativas que vislumbram o rompimento dessa *tradição* escolar sobre os estudos dos povos indígenas no Brasil. O debate sobre a obrigatoriedade do ensino da história da África e das populações afro-brasileiras tem sido realizado com intensidade a partir da Lei 10.639 de 2003 e, embora a nova legislação de 2008 inclua os estudos sobre esses grupos sociais, a nova legislação destaca a importância da história das populações indígenas. A leitura atenta do ato legal de 2008 nos conduz imediatamente a uma reflexão sobre a complexidade de seu significado e abrangência. Se os indígenas têm sido parte da tradição do ensino de História, qual o sentido da obrigatoriedade oficial? O ato legal de 2008 pretende introduzir tais conteúdos nas aulas das escolas brasileiras sob novas perspectivas e abordagens ao recomendar que se deve ressaltar as contribuições dos povos indígenas “nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil”?

Pelo conteúdo estabelecido pela Lei 11.645/08 verifica-se sua integração com as propostas de *educação* étnico-raciais explicitadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de 17 de julho de 2007. As propostas da Lei 11.645/08 relacionam-se, nesta perspectiva, aos esforços de determinados setores da sociedade para superação de “um imaginário étnico-racial que privilegia a branca e valoriza principalmente as raízes europeias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras, que são a indígena, a africana, a asiática” (BRASIL, 2004). Dentro desse “horizonte de expectativa” a proposta da história dos povos indígenas como integrante do ensino de História prevê mudanças

substantivas, das quais educadores e intelectuais dedicados ao ensino precisam identificar seu alcance e se posicionarem diante das reformulações necessárias tanto para a História escolar quanto para a área acadêmica.

Setores sociais têm se manifestado de diferentes formas no que se refere à necessidade efetiva de uma lei com tal conotação. Tem sido o caso de representantes de setores mais conservadores das nossas elites ao se posicionarem contrariamente a tais imposições legais por parte do governo federal, como o caso dos responsáveis pelo jornal *O Estado de S. Paulo* que, em editorial de 20 de agosto de 2010, criticou tais conteúdos exóticos e alegou “*que não são disciplinas como cultura afro-brasileira e cultura indígena que vão reduzir as disparidades de renda*”. O autor do editorial, de forma equivocada ao entender que se trata de introdução de *novas disciplinas* no currículo, provavelmente desconhecendo o texto da Lei, conclui que a história da cultura afro-brasileira e da cultura indígena trarão fortes prejuízos para o sistema educacional brasileiro básico e se constituíram como ensino obrigatório apenas em decorrência de pressões ideológicas e corporativas.⁶⁸

As críticas à Lei 11.645/08 são indícios, portanto, de que a história dos povos indígenas e de sua cultura não corresponde a simples acréscimos a uma história do Brasil ou história da América e se situa em um outro patamar em relação ao que era considerado como conhecimento sobre os “índios do Brasil”. Diante dos problemas complexos indicados e considerando que se trata de uma proposta que inova ou pretende inovar de

⁶⁸ Com o título *O inchaço do currículo escolar*, o autor do editorial informa que conteúdos como esses “*tendem a perpetuar a má qualidade da educação básica*” e discorda da atuação de “*políticos, movimentos sociais e entidades engajadas que defendem a introdução das novas disciplinas alegando que elas promovem a inclusão social*.” (O Estado de S. Paulo, 20/08/2010)

forma mais radical a história da nossa sociedade, este artigo apresenta os momentos em que as populações indígenas foram introduzidas nos estudos históricos escolares ao longo da educação escolar. Para acompanharmos o percurso das populações indígenas no ensino, elegemos os manuais escolares de História como referencial por serem o *depositário privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares* (CHOPPIN, 1980; BITTENCOURT, 1997), além de ser material didático que tem permanecido constante na história das práticas educacionais de diferentes níveis, desde o decorrer do século XIX aos dias atuais.

Os povos indígenas em livros didáticos de História têm sido analisados por vários estudiosos, sendo que, inicialmente, destacaram-se antropólogos preocupados com as abordagens do etnocentrismo europeu com que os textos foram elaborados.⁶⁹ Historiadores, especialmente a partir da década de 1990, também dedicaram-se a análises críticas semelhantes sobre os indígenas nos livros didáticos de História (BITTENCOURT, 1996; SILVA, 2000; RODRIGUES, 2005; COELHO, 2009).

Em muitas das pesquisas destacavam-se as análises em que se buscava demonstrar as defasagens entre a produção escolar e a acadêmica, concluindo-se por assertivas bastante categóricas de que os indígenas eram representados nas obras didáticas de maneira equivocada pelo desconhecimento dos autores das recentes produções historiográficas. O livro didático era o

⁶⁹ Destacam-se as análises de Norma de Abreu Telles e a produção do grupo MARI, coordenado por Aracy Lopes da Silva, da Universidade de São Paulo. Trata-se das obras: TELLES, Norma Abreu. *Cartografia Brasília ou esta história está mal contada*. São Paulo: Loyola, 1984. SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luiz (Orgs). *A temática indígena na escola: novos subsídios para os professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

responsável exclusivo das falsas representações sobre os povos indígenas. Alguns poucos estudos, como o de Adriane Silva (2000), *Versões didáticas da história indígena (1870-1950)*, tiveram-se em identificar o momento em que os indígenas foram introduzidos nos livros escolares articulando-o aos debates e difusão das teorias raciais e de eugenia do final do século XIX e primeiras décadas do XX, demonstrando que havia uma aproximação entre a produção dos intelectuais do período e a produção didática (SILVA, 2000). Mais recentemente Mauro Coelho (2009), ao analisar obras didáticas de História do período de 1992 a 2005, preocupou-se em identificar as relações entre a produção didática e a historiográfica, verificando, nesta perspectiva,

“uma gritante ambiguidade: enquanto, por um lado, se percebe um processo de redimensionamento do lugar das populações indígenas na composição dos conteúdos, em todo atento às pesquisas mais recentes, por outro, nota-se a permanência de aportes que se aproximam daquela antiga vocação: as populações indígenas são representadas conforme aquela cultura histórica que as via como ingênuas, vítimas dos colonizadores, cujo traço cultural fundamental era, fora a preguiça, a relação com a natureza.” (COELHO, 2009, p. 274)

A partir da constatação, em certa medida muito recorrente em análises sobre livros didáticos de História em geral, sobre a constante defasagem entre a produção acadêmica e a escolar, as reflexões neste artigo, buscaram estabelecer as aproximações entre as duas formas de produção, selecionando momentos mais significativos a partir do século XIX ao final do século XX, momento em que reaparece o debate sobre o problema étnico-racial no ensino de História. A seleção dos autores de livros de

História se fez dentre os mais difundidos na rede escolar, tendo-se constatado que foram obras com várias edições. Com base nessas fontes, a problemática centra-se nas relações entre a produção didática de História e a historiográfica no que se refere à construção de uma visão etnocêntrica de matriz europeia responsável por compor memórias e, mais ainda, esquecimentos a que foram relegados os indígenas ao longo da constituição de uma história do Brasil.

Selvagens em tempos da monarquia

Em um difundido livro de história do Brasil produzido na fase monárquica, *Lições de história do Brasil para uso das escolas de instrução primária*, seu autor, Joaquim Manuel de Macedo, referiu-se à população indígena em dois capítulos.⁷⁰ Na *Lição V— O Brasil em geral— O gentio do Brasil*, após apresentar a imensidão do território brasileiro e suas riquezas:

No meio porém d'esta natureza opulenta e de proporções colossaes o que se apresentou aos olhos dos descobridores e conquistadores do Brasil, menos digno de admiração e mais mesquinho, foi o gentio que habitava esta vasta região. (MACEDO, 1884, p. 38)

O historiador e professor Joaquim Manuel de Macedo, depois de apresentar de modo geral a vida do *gentio*, assim o caracterizou:

⁷⁰ A 1ª edição de *Lições de história do Brasil para uso das escolas de instrução primária* é de 1861, tendo tido inúmeras edições pela Editora Garnier até 1925, com revisões de Olavo Bilac e Rocha Pombo. Sobre as obras de História de Joaquim Manoel de Macedo pode-se consultar Mattos (2000) e Gasparello (2011).

Hospitaleiro, como os Árabes, até com o próprio inimigo que o procurava, agreste, simples, inculto e barbaro, zeloso mais que tudo da sua independencia, audaz e bravo nos combates, cruelíssimo na vingança, astucioso e sagaz, indolente na paz, impávido e heroe na morte, o gentio tinha todos os defeitos e vícios do selvagem, mas possuía também alguns sentimentos nobres e generosos. (MACEDO, 1884, p. 41)

O *selvagem* foi na *Lição VI— O gentio do Brasil em relação à família* apresentado em sua vida social, sendo descritos seus costumes, alimentos, festas, moradias, língua, insistindo o autor em destacar as guerras de que participavam e o ritual da “*anthropophagia com dias inteiros de festas, danças e de embriaguez*” (MACEDO, 1884, p. 51). O autor, nas duas *Lições*, teve como objetivo destacar as diferenças entre *povos cristãos* e *povos nativos*, distinguindo-os no tópico *Explicação* que encerrava o capítulo do livro. Os gentios das terras brasileiras eram *selvagens* por corresponderem aos *povos que ignorão a arte de escrever, que não tem polícia, que não tem religião, ou profissão religião absurda, e que vivem em plena liberdade da natureza* (MACEDO, 1884, p. 52). Os selvagens eram, portanto, muito diferentes dos conquistadores europeus que pertenciam à *Civilização* definida pelo autor como “*instrução de um povo nas artes e sciencias que podem fazer a sua prosperidade moral e material, isto é, que esclarecem o seu espírito, e fazem o seu bem estar.*” (MACEDO, 1884, p. 52).

O autor do livro *Lições da história do Brasil*,⁷¹ cabe explicitar, era professor de Corografia e História do Brasil do Colégio

⁷¹ A produção didática de Joaquim Manuel de Macedo (1820— 1822) foi difundida por várias décadas, sendo que seu livro *Lições de história do Brasil para uso das escolas de instrução primária* circulou até a década de 1920 pelas escolas brasileiras. Entretanto, seus biógrafos não mencionam essa produção, dando destaque à sua produção jornalística e como autor de romances e de peças de teatro.

Pedro II e membro do IHGB, tendo ocupado o cargo de secretário dessa prestigiada instituição. Sua concepção exposta em sua obra didática sobre o gentio do Brasil era, assim, próxima de muitos dos historiadores que faziam parte do IHGB, dentre eles Francisco Adolfo de Varnhagen, considerado no campo historiográfico como o autor da mais importante história do Brasil no século XIX. De acordo com o próprio Macedo, os dois volumes da *História geral do Brasil* de Varnhagen, publicados na década de 1850, tornaram-se a referência principal para a *Lições de história do Brasil para uso das escolas de instrução primária* incluindo, evidentemente, suas concepções anti-indigenistas.

As marcas da historiografia de Varnhagen sobre as sociedades indígenas estiveram presentes em vários outros autores da literatura didática, assim como em muitas produções historiográficas. Varnhagen conceituou, de forma enfática, as populações indígenas do território conquistado pelos portugueses como *selvagens* de forma bastante diversa do *bom selvagem* de Rousseau. O gentio era degenerado em sua *pequenez e misérias* e argumentou, ao longo de seus escritos, que os civilizados tiveram que enfrentar muitas dificuldades nas terras “descobertas” para consolidar seu domínio pela presença incômoda de tais selvagens em sua situação de atraso civilizatório:

Para fazermos, porém melhor ideia da mudança ocasionada pelo influxo do cristianismo e da civilização, procuraremos dar uma notícia mais especificada da situação em que foram encontradas as gentes que habitavam o Brasil: isto é uma ideia de seu estado, não podemos dizer de civilização, mas de barbárie e de atraso. (VARNHAGEN, 1854, p. 30).

Os indígenas brasileiros foram, em muitos outros livros escolares difundidos nesse período, apresentados de forma bastante genérica, tal como Varnhagen em suas abordagens conclusivas sobre os primitivos habitantes encontrados pelos portugueses. Da mesma forma que o famoso historiador, os livros dedicados aos alunos das escolas primárias e secundárias, ofereciam um ou dois capítulos após as narrativas dos feitos dos “descobrimientos” portugueses para chegarem às terras americanas. As distinções culturais das sociedades indígenas foram ignoradas por vários autores e, assim como Varnhagen, destacavam os grupos Tupi, especificando as diferenças em relação aos Tapuias mas generalizando costumes e crenças indistintamente, como na obra *Pequena história do Brasil por perguntas e respostas*, do Dr. Joaquim Maria de Lacerda (1942, p. 13-14):

P. Quais eram os usos e costumes característicos dessas tribus selvagens?

R. Viviam errantes; andavam em nudez quasi completa, trazendo apenas enfeites de penas de várias cores; alimentavam-se da caça, da pesca, de frutas e raízes; guerreavam-se de contínuo umas às outras; e, antropófagas quasi todas, devoravam os prisioneiros.

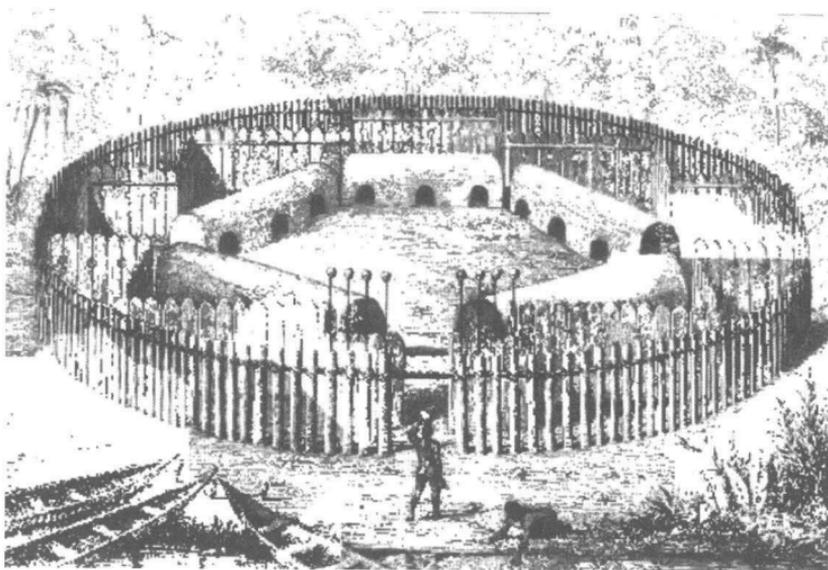
[...]

P. Que religião professavam os índios do Brasil e quais eram os seus sacerdotes?

R. Pode-se dizer que os índios do Brasil não tinham religião ou culto algum. Seus pagés eram pretendidos feiticeiros e adivinhadores, que viviam retirados em palhoças e em grutas, e exerciam imenso império nos ânimos dos selvagens.

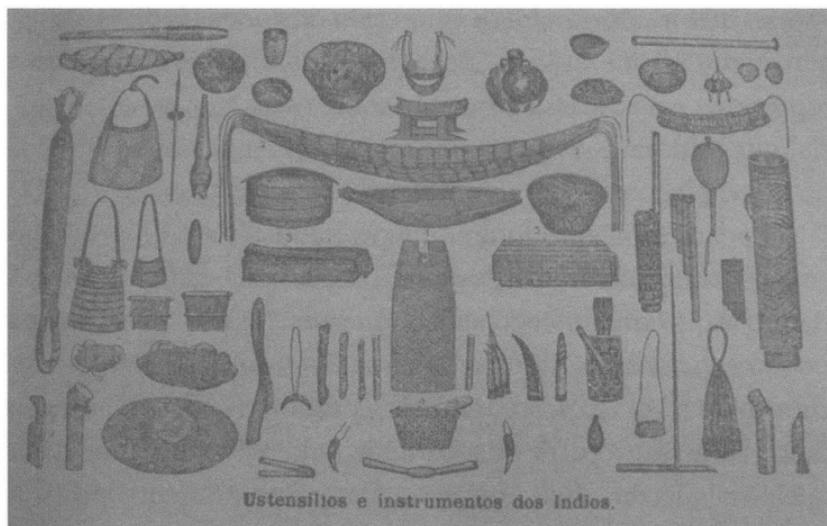
Cabe destacar ainda a constituição de uma memória sobre os indígenas do período colonial por intermédio das ilustra-

ções apresentadas na *História geral do Brasil* desde sua primeira edição de 1854. Tais representações alusivas aos indígenas passaram a integrar a iconografia didática a partir do século XIX, estando ainda presentes em livros atuais. Trata-se de reproduções de pintores sobre características das culturas indígenas mas, da forma como estão integradas no livro de Varnhagen e nos textos escolares, servem para reforçar a ideia de haver costumes genéricos entre todos os grupos indígenas: a moradia, as armas, etc.⁷²



Taba ou aldeia dos índios

⁷² A 1ª edição da *História geral do Brasil*, de 1854, apresenta três gravuras com os títulos: *Armas e adornos dos índios*, *Taba ou aldeia índia* e *Utensílios e instrumentos dos índios*. Inclui também uma gravura, *Matança do 1º Bispo da Bahia e seus companheiros*, com o subtítulo *Triste fim do primeiro Bispo do Brasil* que foi reproduzida em muitas das obras de História de autores católicos. Para uma análise sobre as imagens de indígenas em livros escolares, ver BITTENCOURT (1998).



Utensílios e instrumentos dos índios



Armas e adornos dos índios

Uma das afirmativas, no entanto, mais contundentes de Varnhagen sobre as sociedades indígenas, refere-se à afirmativa de que sobre *tais povos na infância não há história: há só etnografia* (VARNHAGEN, 1854, p. 30). E, a partir de então, poucos fo-

ram os historiadores que se ocuparam dos povos indígenas, assim como vários autores de livros didáticos se limitaram a reproduzir essa escassa produção sobre esses “povos sem história” que tornaram-se, quase que exclusivamente, objeto de estudo de etnólogos.

Os povos indígenas foram, dentro da história cujo princípio era a constituição da matriz da nacionalidade brasileira, relegados ao esquecimento logo após a chegada dos europeus, entendendo-se a história do Brasil com a chegada dos portugueses, concebidos como *povos* cristãos, portadores da civilização. Criou-se, assim, a partir do século XIX, uma história nacional em que os civilizados da Europa tornaram-se os primeiros povos a ocuparem o vasto território no qual seus primitivos ocupantes “erravam sem destino”, promovendo guerras sangrentas entre si. Prevaleceu, segundo referencial de Varnhagen também, que, com a chegada dos europeus, os indígenas não quiseram se submeter ao trabalho da escravidão e, assim, deixaram de contribuir para a história da civilização. Mas, de forma contraditória, não foram totalmente ignorados na fase de contato porque Varnhagen, ao valer-se de fontes variadas deixadas por cronistas, viajantes, administradores sobre o período de dominação portuguesa, teve que considerar a importância dos selvagens nas atividades econômicas e nas relações cotidianas com os colonos:

Assim forçoso nos é reconhecer que a nova indústria se deixou absorver judiciosamente pela dos índios, em tudo quanto ela tinha de aproveitável. O uso da rede e a frequência dos banhos, tomados pelo menos duas vezes por dia, simbolizam ainda hoje o triunfo dos usos que pareceram de todo razoáveis. (VARNHAGEN, 1854, p. 214)

E esta contribuição tem permanecido como a mais significativa dos povos indígenas para a cultura brasileira, segundo mui-

tos autores, sobretudo os das obras escolares destinadas ao ensino fundamental.

O índio da mestiçagem étnica à *democracia racial*

A partir de 1900, os livros de História de João Ribeiro, destinados ao ensino primário e secundário, procuraram reformular o ensino de História, até então baseado na produção de Joaquim Manoel de Macedo. Também professor de História do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, João Ribeiro foi reconhecido como historiador pela sua produção didática, uma vez que foram estes os únicos textos historiográficos que elaborou ao longo de seu intenso trabalho intelectual, como filólogo, ensaísta e jornalista (GASPARELLO, 2004).⁷³

João Ribeiro, ao introduzir suas obras escolares, apresentou críticas aos livros didáticos de História que então circulavam ao oferecerem uma história política repleta de nomes de governantes e administradores com base na historiografia de Varnhagen, passando então a oferecer uma história de caráter mais social, na busca daquilo que ele denominou de “essência nacional”. No Prefácio da 2ª edição do livro *História do Brasil para o ensino secundário*, Araripe Junior afirmou que o autor baseou-se no trabalho de von Martius, *Como se deve escrever a história do Brasil*, para apresentar a formação histórica do povo brasileiro, embora João Ribeiro tenha acrescentado novos elementos no efeti-

⁷³ João Ribeiro (1860-1934), de acordo com a maior parte de seus biógrafos, destaca-se pela contribuição aos estudos linguísticos por ele desenvolvidos, com produção de gramáticas e participação na reforma da língua portuguesa. Destacam, igualmente, seus trabalhos como poeta, jornalista e importante membro da Academia Brasileira de Letras, embora seja incluído na lista de historiadores de significativa importância.

vo processo de caldeamento social para concluir que “o Brasil, o que ele é, deriva do colono, do jesuíta e do mameluco, da ação dos índios e dos escravos negros” (RIBEIRO, 1908, p. 18).

Os livros de história do Brasil de João Ribeiro destinados à escola primária e à secundária pouco diferem entre si no que se refere aos indígenas, descrevendo-os como selvagens em oposição aos povos civilizados:

A terra então descoberta era habitada por gente da mais ínfima civilização, viviam da caça e da pesca, não conhecia outras armas de indústria de guerra senão o arco e a clava e andava em completa nudez (RIBEIRO, 1908, p. 11).

No entanto, diferentemente de outros historiadores do período monárquico, João Ribeiro não era condescendente para com os conquistadores europeus:

Portugueses e índios praticavam mutuamente crueldades, porque não se entendiam e nem podiam se entender, atentos a diferentes grãos de civilização. O índio tinha o sentimento da propriedade coletiva (da tribo) mas não o tinha da propriedade privada.

[...] A escravidão era também o trabalho e o castigo corporal, e o índio, de natureza indolente, não podia e não gostava de trabalhar. D’ahi nasceram muitos tumultos e vinganças atrozes. (RIBEIRO, 1908, p. 12-13)

No livro destinado ao nível secundário, Ribeiro acrescentou um capítulo sobre os indígenas, *A ethonologia brasílica*, em que apresenta as diferenças físicas e culturais descritas por etnólogos do período, tendo Von den Stein e von Martius como referências. Concordando com Capistrano de Abreu, apresentou os problemas decorrentes da *escravização vermelha* e destacou as

denúncias do Padre Antonio Vieira contra os colonos que “*muitas vezes não occultavam os caçadores de gente a sua crueldade e outra vez a coloriam por um perverso plano*” (RIBEIRO, 1935, p. 235).

Os livros escolares de João Ribeiro situaram os indígenas em perspectivas contraditórias, entre selvagens violentos e vítimas das crueldades dos colonizadores, mas com uma nova abordagem em que se preocupava em demonstrar algumas das qualidades herdadas dessas culturas na constituição do *povo brasileiro* em seu processo de miscigenação. Nessa perspectiva, a produção de João Ribeiro corresponde a versões didáticas de História relacionadas à produção historiográfica e à etnográfica, tendo como problema a formação do povo brasileiro e seu potencial civilizatório, problemática esta compartilhada por muitos intelectuais e que se estendeu do final do século XIX aos anos de 1930, segundo afirma a pesquisadora Adriane Costa da Silva (2000) em seu estudo sobre os indígenas nos livros didáticos.

A historiografia do final do século XIX e início do século XX, ao lado de trabalhos dedicados à História Natural e à Etnologia, dedicaram-se à formação do povo brasileiro em seus aspectos de miscigenação, inserindo os estudos de diferentes correntes europeias sobre o problema das raças na nova fase do imperialismo dos “brancos” sobre povos dos diferentes continentes.

Os artigos da revista do IHGB e demais publicações dos institutos congêneres, em especial o Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano e o Instituto Histórico e Geographico de São Paulo, apresentaram mudanças quanto à concepção dos indígenas na formação miscigenada do povo brasileiro, conforme estudos de Lilia Moritz Schwarcz (1993). Os indígenas eram analisados, especialmente nos artigos de antropologia, ora de acordo com uma visão evolucionista e de determinismo racial,

ora com outras concepções associadas a uma perspectiva religiosa ligada ao monogenismo, além de se incluir uma tendência “degeneracionista”, de alguma forma em continuidade às teses de Varnhagen sobre o processo inexorável de extinção a que estavam submetidas as populações nativas:

Os americanos não representam uma raça selvagem, representam antes uma raça degenerada que se tornou selvagem... Assim poucos séculos se passarão e o último americano deitar-se-á para morrer. Toda a população primitiva do continente definha frente à outra raça. (RIHGSP, 1904: p. 53-4, Apud SCHWARCZ, 1993)

Os estudos dos etnólogos em relação às populações indígenas, além de discutirem as hipóteses sobre suas origens, tinham como preocupação identificá-los e classificá-los segundo as diferenças linguísticas. A produção escolar acompanhava tais versões, muitas vezes contraditórias, lembrando que muitos autores pertenciam a instituições como o IHGB (SCHWARCZ, 1993), como o caso de João Ribeiro. Se João Ribeiro atribuía ao mame-luco uma dimensão simbólica e representativa da nacionalidade brasileira, conforme a análise de Patrícia Hansen (1998), essa miscigenação racial traria igualmente o desaparecimento das culturas locais e nativas. Assim, os indígenas passaram a integrar o “povo mestiço” e havia pouco interesse em conhecer seu passado e mesmo o presente de suas culturas, assim como silenciavam sobre as condições a que estavam sendo submetidos pelas frentes de colonização dos séculos XIX e XX.

Vários outros autores de livros de História, com base em intelectuais que então se dedicaram ao problema da formação do povo brasileiro, se encarregaram de incluir em diferentes capítulos o problema da fusão étnica dos europeus, africanos e indígenas no processo de nacionalização e abramileiramento da população.

No livro destinado às escolas elementares *A história do Brasil ensinada pela biographia de seus heróis*, Sylvio Romero, já consagrado intelectual e autor de várias obras sobre a literatura brasileira, foi bastante otimista ao apresentar a mestiçagem étnica do povo brasileiro, “uma mescla de gentes diversas” e “*onde a providencia da história misturou em larguíssima escala as três raças e ainda vai caldeando aqui a imensa corrente de imigrantes europeus de origens diversas, que vêm demandando as nossas plagas*” (ROMERO, 1915, p. 18).

Sobre os índios, Sylvio Romero, citando von Martius, Carlos von den Steinen e Rodrigues Peixoto, defendeu a ideia de os próprios aborígenes serem resultantes de várias fusões e cruzamentos e, nesse processo de formação do povo, fez desaparecer a história das lutas e confrontos entre os conquistadores e população nativa na fase da conquista e que ainda permaneciam no início do século XX. Ao preocupar-se com o futuro do Brasil, defendeu Romero que o brasileiro resultante dessa mescla era um tipo característico que vivia, então, em um país em que “não existem vencidos e vencedores” (ROMERO, 1915, p. 21). Iniciava-se, assim, o mito da “democracia racial”.

Nos *livros de leitura*, um gênero específico da literatura didática, destinados aos alunos mais jovens, a tendência, a partir do início do século XX, foi a de apresentar os indígenas sob uma ótica de miscigenação associada à democracia racial, como na obra *Por que me ufano do meu paiz*, de Affonso Celso. O livro escrito para “*celebrar a nossa Pátria o quarto centenario do seu descobrimento*”, foi elaborado, segundo seu autor, com base nos livros de *Eliséé Reclus, Southey, Porto Seguro, Wappoeus, João Francisco Lisboa, Barão do Rio Branco, João Ribeiro e outros* (CELSE, 1923). O autor fornece, em uma linguagem que buscava ser “singela”, sua visão sobre a mistura das três raças no capítulo com o sugestivo título: *Sexto motivo da superioridade do*

Brazil: excellencia dos elementos que entraram na formação do tipo nacional. (CELSO, Índice, 1923, p. 202). Sobre o elemento indígena discorreu sobre *costumes curiosos de varias tribus de índios ainda existentes no Brasil:*

Os *coroados*, nas bandas do Paraguay, vivem em pequenas comunidades, passam em pirogas a metade de sua existência. Aproximam-se do typo caucásico; encontram-se entre elles bellos exemplares varonis e formosas mulheres.

(...)Entre os bororós, somente pode casar-se quem houver morto um jaguar. Celebrizam-se os *guatós*, hábeis canoieiros, pelos seus ciúmes. Só é lícito às mulheres falarem aos estrangeiros, com os olhos voltados para o marido. Mostram-se, entretanto, atrictos cumpridores das leis da hospitalidade e da fé jurada: nunca trahem. (CELSO, 1923, p. 68-69)

Também na literatura infantil em desenvolvimento nas décadas iniciais do século XX, autores ofereciam informações sobre os indígenas aos novos leitores: *Ao pisarem no Brasil, os europeus não conquistaram apenas a terra. Conquistaram principalmente o coração das moças selvagens. Todas elas viviam sonhando com um homem branco para esposo.* (CORREA, 1957, p. 59 Apud ORIA, 2011). Em coleções de literatura infantil e juvenil que se multiplicavam, foram incorporadas muitas lendas dos indígenas, reinterpretando mitos sobre origens das plantas, como da mandioca, do algodão, da erva-mate, das relações dos indígenas com animais e aves, além de apresentarem narrativas sobre amores entre brancos e indígenas. Esta tendência, no entanto, não foi incorporada para as aulas de História. Os textos escolares de História insistiram em apresentar uma versão negativa sobre os povos indígenas, permanecendo as denominações de povos *selvagens* que, ao longo da história iniciada pelos portugueses, foram um constante obstáculo à “ordem e ao progresso”.

Jonathas Serrano, um autor católico alinhado ao movimento escolanovista, professor da Escola Normal e do Colégio Pedro II, reconhecido por suas obras didáticas mas também pelas de caráter metodológico sobre o ensino de História, ao se referir aos indígenas em seu livro *História do Brasil*, assim advertiu os alunos:

Seria engano, julgar destes e doutros costumes selvagens pelas descrições poéticas e românticas de alguns dos nossos grandes indianistas, como Alencar e Gonçalves Dias. O tipo de Peri, no Guarani, ou o do guerreiro de I-Juca-Pirama, são fantasias literárias que exageram as qualidades e sentimentos dos selvagens. (SERRANO, 1931, p. 51)

A partir das décadas de 1930 e 1940, historiadores frequentavam novos ambientes, principalmente após a criação dos cursos de nível superior nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e outras instituições museológicas. O crescimento da produção historiográfica e das ciências humanas sobre o Brasil ocorreu por intermédio de vertentes diversas, expressas em obras como *Evolução política do Brasil* de Caio Prado, que inaugurou análises sob a ótica marxista, nas de Oliveira Vianna, um dos principais ideólogos da eugenia racial especialmente em *Evolução do povo brasileiro* e em *Populações meridionais do Brasil*. Afonso d'Escragnonne Taunay, à frente do Museu em São Paulo, desenvolveu um acervo importante sobre os bandeirantes, fortalecendo o mito dos sertanejos conquistadores e principais responsáveis pela grandiosidade territorial. A saga dos bandeirantes foi reforçada no período do Estado Novo por Cassiano Ricardo na sua *Marcha para o oeste* (de 1940), considerando-os como os verdadeiros responsáveis pela formação social do Brasil, formação esta calcada na hierarquia de raças, no comando forte dos brancos e na harmonia do convívio entre as etnias.

A produção didática de História, em processo de ampliação ao acompanhar o aumento do público escolar promovido, sobretudo, pelas reformas de 1931 e de 1942, se renovou juntamente com a historiográfica no que se refere às relações entre a política e a sociedade, incluindo estudos econômicos. No que se refere aos indígenas, as mudanças foram pouco significativas quanto às suas atuações na história do país, dando-se apenas maior relevo às teses culturalistas aplicadas à nacionalização. As versões didáticas de autores católicos sobre os indígenas permaneciam, inserindo-os na história dos missionários, estes as principais figuras civilizatórias, com destaque aos jesuítas. Nessa vertente, explicavam a harmonia entre os diferentes grupos étnicos. Esta foi a tese de Joaquim Silva, um autor muito difundido a partir dos anos de 1930, representante de uma nova geração de autores distintos dos professores do Colégio Pedro II.

As menções de Joaquim Silva sobre a miscigenação, em sua *História do Brasil* para o curso ginásial, abordam os indígenas pela sua diversidade étnica mas destacam as diferenças de acordo com sua maior ou menor relação com os missionários. Com base em historiadores como Capistrano de Abreu e de autores seus contemporâneos, em especial Serafim Leite, Pandiá Calógeras e Pedro Calmon, citados em inúmeras notas de rodapé, Abreu reafirmou a importância do trabalho jesuítico em seu processo de civilização do *gentio*. Destacou em um tópico a *Influência do indígena* na sociedade, mas limitada ao período inicial da colonização, tendo por referência Pedro Calmon:

O Brasil do século I é euro-indígena; na casa e na roça, na paz e na guerra, na cidade e no sertão. Poucos e esparsos, os portugueses se deixaram dominar pelos hábitos da terra: na mesa, no trabalho, na viagem, na luta, no repouso. [...] Pelo casamento com a catecúmena, o colono aderiu à sua barbárie, que substituíra razoavelmente a pe-

nuria de quem saltara em S.Vicente ou no Recife tendo por única fortuna os braços moços. Passou a nutrir-se de farinha de pau, a abater, para o prato, a caça grossa, a embalar-se na rede de fio, a imitar os selvagens na rude e livre vida. (CALMON, P. *História do Brasil*, p. 331 Apud SILVA, 1941, p. 47)

Para o ensino colegial, as versões sobre o poder dos missionários na obra civilizatória eram mais diluídas. Alfredo D' Escragnolle Taunay e Dicamôr Moraes, professores do Colégio Pedro II, no livro *História do Brasil* escrito de “conformidade com o programa de ensino de 1951 para o curso Clássico e Científico”, incorporaram a produção historiográfica do período fartamente apresentada no corpo do texto ou em notas de rodapé.

Iniciando a história do Brasil a partir dos descobrimentos portugueses, incluem no *Capítulo II, O povoamento do solo*, uma parte sobre a *Formação étnica e cultural* em que destacam a constituição da raça brasileira, sobretudo, pelo “branco português, o negro africano e o brasilíndio, por terem sido os que entraram com maior coeficiente em nossa formação cultural.... [conforme] Gilberto Freire, em sua *Casa Grande e Senzala*” (TAUNAY; MORAES, 1958, p. 38). Sob a perspectiva cultural, informaram ainda os autores que temos como herança do elemento índio alguns atributos:

A ele devemos nossa conhecida inquietação e indisciplina, as quais se manifestam no terreno social e principalmente político.

Nossa proverbial negligência (e não preguiça), a qual se faz sentir em especial no campo econômico, provém da circunstância de não terem nossos antepassados índios nenhuma noção do que fosse trabalho metodizado e portanto capaz de prover, mediante qualquer plano previamente traçado e cumprido, as necessidades mais imperiosas...

Da belicosidade indígena, herdamos essa combatividade que trazemos quase a flor da pele e dificilmente contida... (TAUNAY; MORAES, 1958, p. 40)

Após discorrer sobre tais heranças culturais, Dicamôr, o autor responsável por este capítulo, apresenta a sociedade colonial se constituindo pela mestiçagem que, por sua vez, se articula com a formação das classes sociais na Colônia, utilizando, então Werneck Sodré e Caio Prado (TAUNAY; MORAES, 1958, p.46).

No que se refere à *escravização indígena*, é interessante destacar a continuidade do tratamento contraditório com que historiadores e autores de livros didáticos abordam o tema. O indígena continua sendo considerado como avesso ao trabalho, mas Taunay e Moraes, no tópico *A escravidão vermelha*, informam que os portugueses se utilizaram do trabalho escravo indígena a partir da exploração do pau-brasil ao ciclo da cana-de-açúcar e, considerando *a insubmissão do selvagem a tudo quanto era norma de organização civilizada — mormente ao trabalho metodizado*, ofereceram resistência à dominação e assim tornaram-se mais um problema para o “colonizador” do que uma efetiva mão de obra qualificada. (TAUNAY; MORAES, 1958, p. 126). Mas concluíram que, apesar dessa atitude dos indígenas frente ao *trabalho metodizado*, assim como da legislação baixada pela Metrópole contra a escravização dos nativos e da campanha dos jesuítas, “*a escravidão vermelha continuou, implacável por duzentos e cinquenta longos anos.*”

As contradições sobre o trabalho escravo dos indígenas na fase da colonização portuguesa na *História do Brasil* de Alfredo d’Escagnolle Taunay e Dicamor Moraes são ainda visíveis ao apresentarem as atividades das bandeiras pela perspectiva de Cassiano Ricardo, citando textualmente o trecho do livro *Marcha para o oeste*:

- 1) bandeira de catequese;
- 2) bandeira de aliciamento do índio à lavoura; [...]
- 4) quanto aos seus elementos raciais: a) bandeira de brancos; b) bandeiras de tupis e negros; c) de brancos e tupis (a de raposo Tavares); d) de mamelucos (a de Fernão Dias Paes); e) bandeiras de todas as raças; [...]
- 7) quanto aos seus fins militares: a) bandeira de guerra ao índio (contra Barbaros do recôncavo e contra os carijós); [...] (TAUNAY; MORAES, 1958, p. 73)

E, em seguida a esta apresentação dos bandeirantes em sua busca constante dos indígenas para escravização e guerras de extermínio de muitos grupos, a conclusão a que os autores chegam é exposta na citação extraída da *Evolução do povo brasileiro* de Oliveira Vianna: *Do Brasil central e meridional a obra gigantesca de povoamento vai ser, porém, realizada integralmente pelos paulistas, sem outro auxílio senão o da sua energia, da sua ambição e da sua bravura.* (VIANNA, [19--], p. 80 Apud TAUNAY, 1958, p. 74)

A característica da constituição de uma *democracia racial* nas obras didáticas se consolidou pela aproximação de vários autores, algumas vezes divergentes, mas que tinham a base da miscigenação como princípio da formação social e cultural do povo brasileiro. Nesta perspectiva, os autores incorporavam as teses de intelectuais que mantinham a visão de que, por intermédio principalmente da catequese e do trabalho missionário, os indígenas foram incorporados à civilização, além de situarem as ações dos bandeirantes como relevantes nesse mesmo processo. Buscava-se naturalizar a relação do povo brasileiro ao território, omitindo a situação da população indígena no século XX em enfrentamentos constantes nas frentes de colonização dos séculos XIX e XX, incluindo a “marcha para o oeste” da fase getulista.

A *democracia racial* permaneceu nas obras didáticas de História e esta união entre as raças, uma das características da história brasileira, se constituiu por intermédio das “guerras contra os estrangeiros”, dando-se destaque à guerra contra os holandeses, na qual surgiram heróis representantes das diferentes etnias. Em obra bastante divulgada na década de 1970 de duas autoras pertencentes à Universidade Federal de Minas Gerais, o destaque sobre o significado dessa democracia racial, com base na miscigenação, é fornecida pelo predomínio da raça branca e sua civilização em relação às demais “raças” não apenas no Brasil mas em todo o continente americano. As autoras têm como premissa que todo o caldeamento étnico ocorreu sob o controle da civilização europeia branca e cristã e, para respaldar suas argumentações, utilizam do referencial de Alceu de Amoroso Lima, citando-o em trecho adaptado de uma de suas obras:

Mais do que qualquer outro continente, é a América uma projeção e uma criação da Europa [...] Traços comuns a todos os americanos [...] Em primeiro lugar, suas origens europeias comuns. A Europa é a origem. A ela, a cultura americana está e não poderá deixar de estar indissolivelmente ligada.

Texto condensado e adaptado de Alceu de Amoroso Lima. *Europa e América: duas culturas*. Rio de Janeiro: Agir, 1962. (RESENDE; MORAES, 1971, p. 161)

Indígenas na história da América

O estudo de populações indígenas tem feito parte também da História da América a partir do início do século XX. Rocha Pombo escreveu o primeiro livro exclusivamente dedicado à história americana, de acordo com um programa elaborado por Manoel

Bomfim enquanto diretor geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro, publicado pela primeira vez em 1900. O livro *Compêndio de história da América* de Rocha Pombo, destinado à Escola Normal, representava uma inovação curricular, com um conteúdo histórico que pretendia relativizar a importância da civilização europeia na história do continente americano. Inovação curricular que redefinia o lugar da história dos povos americanos não como apêndice da história universal ou da civilização, mas colocando-a como centro dos estudos. Desta forma, os capítulos não se iniciavam com “as descobertas dos europeus” mas pela história das civilizações dos povos “aborígenes” americanos. Rocha Pombo, assumindo as teorias de Bomfim, põe as condições da colonização europeia frente às populações nativas, em uma segunda parte da obra, também de forma pouco laudatória em relação aos brancos civilizados:

(...) Eis aí a massa de gente que tinha que eliminar as populações indígenas do Novo Mundo. Por toda a parte andava essa gente proclamando o seu direito de raça mais culta e mais nobre e sem ver desde logo nos habitantes das terras conquistadas mais do que raças inferiores e vis, contra as quais tinha o europeu os mesmos privilégios que tem o homem sobre toda a animalidade. E, portanto, em todas as colônias, foi-se cuidando de tirar o maior proveito possível da pobre besta. (POMBO, 1900, p. 86)

Os estudos sobre história indígena, tanto do Brasil como do restante da América, no entanto, não se consolidaram nesta perspectiva e apenas restaram capítulos, tanto em livros escolares de história da América como de história do Brasil, algumas reflexões sobre as origens dos povos nativos do continente. Inicialmente, nos livros de história do Brasil, o problema das origens dos “primitivos” habitantes dava destaque aos debates di-

vergentes entre as concepções do homem no “terreno religioso” e no “terreno científico”. José de Sá e Benevides, em sua *História do Brasil. Lições*, ao apresentar as noções gerais sobre a origem dos “habitantes do Brasil ao tempo do seu descobrimento” retomou o debate muito rapidamente sobre a doutrina monogenista para concluir que esta não satisfaz de modo completo o problema do povoamento da América, e recorreu a outros estudiosos que apontavam para outras possibilidades:

Diz o Dr. Mello Moraes (*Corographia do Brasil*, vol II, p. 235): Ha boas razoes para suppôrmos que os antecedentes de todas as nações americanas desde o cabo de Horn até as extremidades meridionaes do Lavrador, vieram antes da Ásia, que da Europa. [...] está saltando aos olhos uma semelhança tão viva, tanto na sua constituição phisica, como nas suas qualidades moraes que, não obstante as diferenças produzidas pela influencia do clima ou pela desigualdade de seus progressos na civilização, somos obrigados a olhal-os como ramos do mesmo tronco. (BENEVIDES, [1901?], p. 24)

Os estudos sobre as origens dos povos “primitivos” do continente tem se mantido até os dias atuais, integrando obras destinadas exclusivamente à história do Brasil ou à geral, ou ainda aquelas que se caracterizam por uma “história integrada”.⁷⁴ Existe um acompanhamento dos estudos arqueológicos e de antropólogos mais recentes que procuram datar a chegada dos primeiros habitantes das terras americanas e indicam as tendências

⁷⁴ Esta tendência de uma produção de obras sem as divisões tradicionais – história do Brasil e história geral— ampliou-se após 1996 e justifica-se pelas mudanças curriculares que não mais separam a história do Brasil (em geral oferecida nas séries iniciais do 2º ciclo do fundamental) e a história geral (para as séries finais) mas sugerem a História integrada na qual a história brasileira e a americana se inserem na temporalidade da história geral.

convergentes e divergentes a respeito das origens asiática ou australiana e de ilhas do Pacífico. Destaca-se, no entanto, que a partir das obras iniciais dedicadas exclusivamente à história da América, em particular as dos anos de 1950, momento em que esta se tornou disciplina específica em uma das séries do curso ginasial, os indígenas são introduzidos a partir do estudo de suas origens, mas com uma seleção definida por critérios de níveis de civilização. Foram selecionadas as sociedades indígenas organizadas sob forma de Estado e consolidou-se o estudo dos *maias*, *astecas* e *incas* como os grupos pré-colombianos *civilizados* comparando-os às populações nativas brasileiras em seu grau de inferioridade, tendo como patamar o “grau civilizatório” de diferentes populações à época da chegada dos europeus no continente americano.

No decorrer dos anos de 1970 a 1980, a produção didática, ou parte significativa dela, incorporou a produção historiográfica com base no referencial teórico do materialismo histórico e do estruturalismo, por intermédio do qual as diferenças sociais passaram por outras interpretações baseadas nas divisões de classes, categorias explicativas estas que dificilmente poderiam incorporar as populações indígenas. As populações indígenas, nessa vertente, passaram a ser apresentadas como uma das primeiras grandes vítimas de uma estrutura econômica constitutiva do capitalismo. Os indígenas, juntamente com os africanos trazidos para o trabalho escravo, tornaram-se os grupos dominados ao longo da história da conquista europeia aos dias atuais. Difundiu-se, então, uma memória sobre os indígenas americanos em geral como grupos dominados e submetidos a uma história da dominação capitalista promovida pelos brancos no continente americano.

Na *Síntese de História: história do Brasil* da autoria de Ademar Martins Marques e Ricardo de Moura Faria, autores que ini-

ciaram sua produção no início de 1980 em uma perspectiva do marxismo estruturalista, os indígenas são introduzidos sob o título *O Brasil antes da História*. O título indica a permanência dos pressupostos da historiografia do século XIX de que os povos nativos não possuem história, apesar das mudanças da linguagem de acordo com as concepções estruturalistas também incorporadas pelos antropólogos: são *grupos primitivos* e não mais *selvagens* e nessa condição integram o *regime de comunidades primitivas*, condição em que, segundo os autores do livro, ainda permanecem na atualidade. Na dimensão de *grupos primitivos*, os indígenas brasileiros possuíam *costumes diferentes* em contraposição aos astecas, maias, incas e chibchas que “*eram sedentários, agricultores e alcançaram um elevado nível artístico.*” (MARQUES; FARIA, 1980, p. 29).

Para a história do contato na fase da colonização portuguesa, os autores da *Síntese de História* recorreram a Caio Prado Júnior para explicar a escravização a que foram submetidos e mantiveram o pressuposto de que os indígenas no Brasil são grupos em processo de extinção. Com base nesse suposição, os autores finalizam o tópico com um trecho adaptado de Edilson Martins *Nossos índios, nossos mortos*:

Agora o que estão fazendo com a natureza, nossas florestas, nossos índios, infelizmente não se recompõem [...] Quanto aos índios, são culturas com 12, 13 mil anos que se formaram lentamente, ao correr dos séculos. [...] A natureza e os índios estão morrendo. Viva o desenvolvimento da empresa colonialista. Viva o ‘progresso’ das multinacionais. (MARTINS, 1978 Apud MARQUES; FARIA, 1980, p. 44)

A historiografia marxista de caráter estruturalista posicionou-se contra a visão negativa em relação aos indígenas, tanto entre nós quanto no restante da América Latina, e muitos traba-

lhos passaram a apresentar os massacres aos quais os nativos foram submetidos a partir da conquista europeia. Os indígenas, por essa produção historiográfica, como assinalou Monteiro (2001), passaram a serem vistos de forma favorável, mas apenas como vítimas do sistema capitalista dentro das perspectivas da história dos vencidos.

Estes autores, é importante assinalar, tiveram uma significativa acolhida entre os professores e, na continuidade de sua produção, podemos verificar mudanças dos referenciais teóricos iniciais, assumindo as críticas de historiadores em relação aos pressupostos estruturalistas. Em 1998, os autores declaram no *Manual do Professor*:⁷⁵

A tendência que observamos atualmente, e de que esta Coleção pretende dar conta, é a do estudo da História da Sociedade.

É claro que não se trata de uma mera inversão de conteúdos tradicionais, visto que a concepção histórica que os informava encontra-se hoje ultrapassada por novas correntes, particularmente aquelas derivadas da Nova História e que constituem o cerne das novas propostas. (MARQUES; BERUTTI; FARIA, 1998, p. 3)

Nas obras desses autores, a partir de 1998, houve uma visível mudança de abordagem em relação aos povos indígenas.

Os povos indígenas são apresentados em torno de três problemas. No primeiro deles, sob o título *Terra Brasilis*, os autores retomam o debate de obras anteriores sobre o problema das ações predatórias que se iniciam com a chegada dos europeus como *fruto de um olhar utilitarista sobre a natureza* e colocam

⁷⁵ O sucesso das obras desses autores foi assinalada em artigo de Villalta (1996) e, a partir das obras de 1980 aos dias atuais, foram sendo integrados outros autores assim como renovando títulos.

falas de indígenas em críticas sobre a ignorância dos civilizados sobre as consequências da destruição da natureza para o futuro da vida no planeta. O tópico *O índio brasileiro à época do ‘descobrimento’* introduz uma diferença quanto às obras anteriores dos mesmos autores, ao problematizarem as diferenças culturais dos grupos indígenas, afirmando que “*possuíam uma cultura rica e variada e estavam divididos em centenas de nações*” (MARQUES; BERUTTI; FARIA, 1998, p. 132). E, além de uma valorização diferenciada sobre as culturas dos indígenas, os autores assumiram que tais grupos possuem história, incluindo uma análise a ser realizada pelos alunos de um excerto intitulado *Os índios repensam a história*, em que é apresentada uma versão escrita dos índios Pataxós sobre sua história. A história recente dos indígenas é apresentada no tópico seguinte, *As comunidades indígenas no Brasil de hoje*, em que apresentam legislação recente sobre os direitos indígenas e as formas de resistência atuais.

Algumas reflexões finais

Sem que se tenha a intenção de aprofundar a análise de obras recentes de História sobre as populações indígenas, as indicações de mudanças assinaladas são significativas para demonstrar que a produção didática está constantemente ligada à historiográfica, com interpretações particulares, mas que tendem a acompanhar as tendências que se aproximam dos estudos antropológicos. Manuela Carneiro da Cunha, coordenadora de obra pioneira sobre a história indígena, e John Monteiro têm sido citados nas bibliografias dos livros didáticos de História mais recentes, assim como se pode constatar uma iconografia renovada. As mudanças em andamento indicam possibilidades

de criação de repertório diferenciado que, entre outras inovações, tem condições de conduzir a um entendimento de que os povos indígenas possuem história.

Ao percorrermos os diferentes momentos da produção didática referente aos povos indígenas, pode-se perceber que os autores de livros didáticos de História buscaram legitimar seus escritos com respaldo da produção acadêmica, além de obedecerem às indicações das políticas públicas que, afinal, garantem a circulação das obras. O desconhecimento sobre as culturas indígenas e a difusão de uma memória construída em torno da ideia do desaparecimento dessas populações “sem história” não se limitou à produção didática. Esta produção acompanha as visões dos historiadores em seus diferentes momentos, incluindo as versões do estruturalismo marxista, a história dos vencidos e demais tendências que se misturavam em obras escolares. A negação pela maioria dos historiadores em reconhecer os indígenas como povos históricos tem sido uma marca da produção historiográfica no Brasil, fortemente calcada no eurocentrismo, e esta tendência se apresenta nos livros dos diferentes níveis escolares.

Os povos indígenas, depois da expulsão dos jesuítas e da saga bandeirante, são relegados ao total esquecimento. O século XIX, analisado sob perspectivas políticas ou sociais, incluindo nesse período a série de estudos em torno da abolição da escravidão, nada informa sobre os indígenas. Na fase republicana mais recente, o silêncio persiste e são alguns livros escolares que passaram, mais recentemente, a anunciar a atuação de novos “protetores dos indígenas”: Rondon e os Irmãos Villas Boas.

As dificuldades dos professores que pretendem cumprir a Lei 11.645/08 resultam, como eles mesmos têm afirmado, da ausência de uma formação que possa garantir um ensino calcado nas reflexões acadêmicas porque, afinal, tanto professores quanto

historiadores e autores de livros escolares são responsáveis pela aplicação da Lei. Nesta dimensão se insere uma outra problemática mais complexa. Ao longo desses 500 anos se constituiu uma história na qual o racismo e os preconceitos sociais se evidenciaram em trágicas experiências na história da nossa sociedade. A introdução da história dos povos indígenas nas salas de aula, nas perspectivas da Lei 11.645/08, tem uma perspectiva de renovação que abrange mudanças epistemológicas, mas também de debates sobre o tema dos preconceitos étnico-raciais.